

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

REQUERIMENTO Nº /2013 (do Sr. Marcos Rogério)

Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para debater as políticas públicas pela inclusão e integralidade na atenção às pessoas que usam drogas.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para debater as políticas públicas pela inclusão e integralidade na atenção às pessoas que usam drogas, com a presença dos convidados listados a seguir.

- a) Representante do Ministério da Saúde
- b) Representante da Secretaria de Políticas sobre Drogas (SENAD)
- c) Representante do Serviço de Estudos e Atenção a Usuários de Álcool e Outras Drogas do Hospital Universitário de Brasília - HUB

Justificação

O consumo de drogas psicoativas tem se mostrado um dos mais complexos e inquietantes fenômenos da atualidade, exigindo que Governo e sociedade assumam a responsabilidade de buscar alternativas que levem à sua melhor compreensão e abordagem.

Tráfico e o consumo de entorpecentes crescem assustadoramente no Brasil. Famílias são destruídas, vidas são dizimadas e, conseqüentemente, elevam-se os índices de violência e de criminalidade envolvendo jovens, adultos e até crianças com a dependência química.

Há na atualidade intensa mobilização da sociedade acerca do tratamento de usuários de drogas. Esse debate tem se acirrado pelos efeitos deletérios que o consumo abusivo de entorpecentes promove nas cidades, em todos os cantos do Brasil, onde os cidadãos passam a conviver rotineiramente com vidas degradadas, radicalmente afetadas por drogas como crack e opi.

Tal situação tem levado à exigência de respostas do Estado. A questão se desenrola em torno da recuperação, da reabilitação ou do tratamento do dependente químico, pautada pelo ideal de superação do uso de drogas na sociedade e pela busca de uma vida saudável sem o uso de entorpecentes.

Sabe-se que o uso de drogas ultrapassa culturas e acompanha o ser humano ao longo da sua história. Mas não podemos recuar diante da necessidade de tratamento para alguns casos.

Experiências internacionais apontam duas tendências: um modelo de tratamento que busca remodelar o comportamento dos usuários pela via da abstinência, do isolamento e da tutela; e outra abordagem que busca saídas possíveis construídas por cada sujeito em liberdade.

É cada vez maior a dissonância entre as demandas da sociedade, os direitos de cidadania e os sujeitos. Políticas públicas precisam ser construídas para dar respostas à sociedade. No entanto, nenhum tratamento é possível sem levar em consideração cada sujeito em sua singularidade, sua história e seus laços sociais.

Tendo em vista o cenário, destacamos que se faz relevante debater as iniciativas das igrejas em relação ao tema, suas ações conjuntas com as organizações não-governamentais, e a interação com o governo para alcançar e atender o segmento da sociedade envolvido nesse grave problema.

Diante disso, pedimos aos nobres pares acolhimento deste requerimento, para que possamos debater com especialistas, tanto do setor público como do terceiro setor, tema de tamanha importância para o desenvolvimento do país.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2013.

MARCOS ROGÉRIO
Deputado Federal (PDT-RO)